TURISMO RURAL EM TERRAS DE FAXINAL: ESTUDO DE CASO BARRA BONITA, PRUDENTÓPOLIS-PR

Ligia Karina Filgueira Santos (UNICENTRO)
Ronaldo Ferreira Maganhotto (UNICENTRO)
Diogo Lüders Fernandes (UNICENTRO)
Karla Nadal (UNICENTRO)

Resumo:

O município de Prudentópolis destaca-se como destino turístico por seus atrativos naturais e culturais. Configura-se como principais elementos motivadores à realização da atividade. Neste contexto, o presente trabalho teve como objetivo investigar as potencialidades turísticas e de lazer, situadas no Faxinal Barra Bonita e entorno. De caráter qualitativo, o estudo foi orientado por referenciais teóricos e atividades de campo. Houve a identificação de potencialidades de caráter natural em propriedades rurais particulares, como o Rancho Passo Velho, Orquidário da Célia, Recanto Cassiano, Morro da Cabeça do Lobo, Salto do Virgílio, e outras de caráter cultural como a Igreja Cristo Rei, conhecida como Igreja Ucraniana da Barra Bonita, e o Museu São Valdomiro. A inserção do Turismo Rural e o Ecoturismo no faxinal da Barra Bonita, podem fomentar o desenvolvimento de atividades não agrícolas, como complementação de renda. Vale ressaltar o posicionamento favorável da maioria dos entrevistados. Entende-se que o levantamento destas informações pode fomentar o desenvolvimento de atividades não agrícolas, complementando a renda dos camponeses, bem como, o fortalecimento turístico do município.

Palavras-chave: Visitação Pública; Unidade de Conservação; Ecoturismo; Faxinal; Turismo Rural.

Abstract:

The municipality of Prudentópolis stands out as a tourist destination for its natural and cultural attractions. It is configured as the main motivating elements for carrying out the activity. In this context, this work aimed to investigate the potential for tourism and leisure, located in Faxinal Barra Bonita and surrounding areas. Qualitative in nature, the study was guided by theoretical references and field activities. There was the identification of potentialities of natural character were identified in private rural properties, as Rancho Passo Velho, Orquidário da Célia, Recanto Cassiano, Morro da Cabeça do Lobo, Salto do Virgílio, and other cultural ones such as Igreja Cristo Rei known as Igreja Ucraniana da Barra Bonita and the São Valdomiro Museum. The insertion of Rural Tourism and Ecotourism in the Barra Bonita faxinal can encourage the development of non-agricultural activities, as a supplement to income. It is worth mentioning the favorable position of most respondents. It is understood that the survey of this information can promote the development of non-agricultural income activities, complementing the income of the peasants, as well as in the strengthening of tourism the municipality.

Key-Words: Public Visitation; Conservation Unit; Ecotourism; Faxinal; Rural Tourism.

1. INTRODUÇÃO

A atividade turística vincula-se ao deslocamento de pessoas para um local diferente do habitual, motivado por diferentes aspectos. Segundo Mota (2007), configura-se como fenômeno socioeconômico atrelado ao deslocamento temporário e voluntário de um ou mais indivíduos, gerando múltiplas inter-relações de importância cultural, socioeconômica e ecológica entre os núcleos emissores e receptores.

A ampliação de experiências (empreendimentos, roteiros, circuitos, etc.) e de estudos e pesquisas relacionados ao turismo no espaço rural, é perceptível no Brasil e em outros países,

sobretudo a partir da década de 1990. Este crescimento do turismo rural está intimamente ligado à ampliação da oferta turística rural, bem como à procura da sociedade por atrativos e empreendimentos relacionados à tranquilidade e simplicidade do campo (CANDIOTTO, 2010).

Frente às diferentes motivações de viagem, o turismo não se concentra apenas em áreas urbanas, estendendo-se, também, para as zonas rurais dos municípios. Com isso, o espaço rural vem deixando de ser considerado como um local destinado às atividades agropecuárias e ou extrativistas. Perspectivas de geração de novas oportunidades de negócios em nichos nascentes, como o turismo e o lazer, mostram-se promissoras e atraentes aos proprietários rurais (FERRÃO, 2007). Considerando o turismo no meio rural, Campanhola e Silva (2000) esclarecem que a atividade abrange diferentes modalidades passíveis de serem realizadas, como: o Turismo Ecológico, Rural, Aventura, Cultural, entre outras diversas possibilidades.

Estes segmentos são capazes de proporcionar ao visitante uma vivência única que podem ser decorrentes do êxodo da área urbana, em busca de novas experiências. Desta forma, o turismo rural vem se tornando uma realidade para produtores agrícolas, que por conta do avanço da globalização e fragmentação das formas tradicionais de produção no campo, passam a buscar outras possibilidades de geração de renda.

Residentes urbanos viajam, por vezes, com o intuito de reencontrar suas raízes, interagir com a comunidade local, participar de festas tradicionais, desfrutar da hospitalidade, do patrimônio histórico e natural, vivenciar experiências, buscar conhecimentos, saberes, descansar física e mentalmente, fugir da rotina da vida urbana e adquirir produtos típicos. Isto tudo, somado à necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos, pode explicar o avanço da atividade turísticas no meio rural (BRASIL, 2006).

O crescimento turístico em zonas rurais valorizando seus recursos e paisagens naturais, rurais e culturais se mostra em uma curva ascendente em diferentes municípios do Brasil. No Paraná, as cidades de Morretes, São José dos Pinhais, Tibagi e Prudentópolis, configuram-se como exemplos que possuem em sua zona rural atrativos turísticos de expressão, os quais se apresentam como uma das principais motivações de viagem a estes destinos.

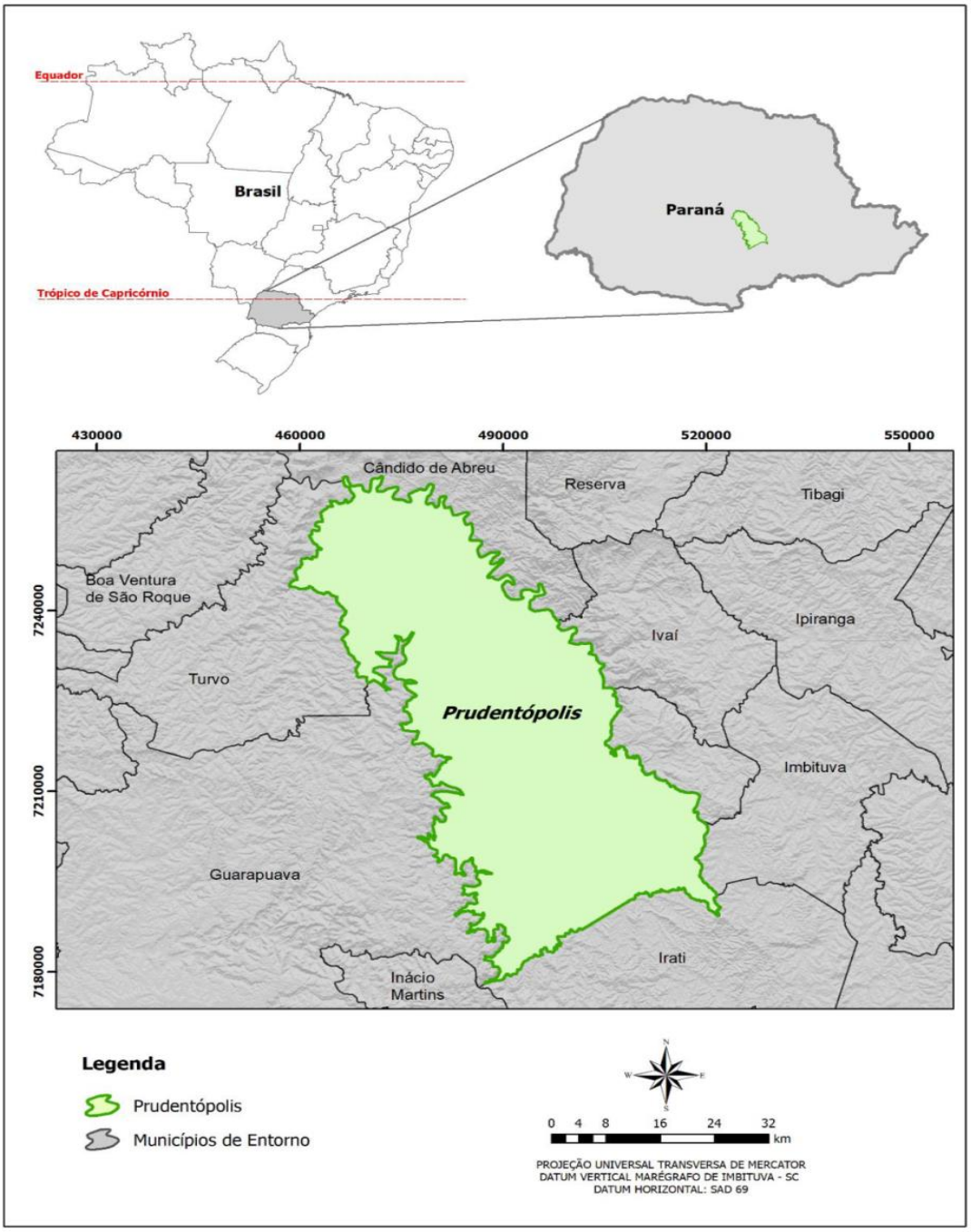
Em Prudentópolis, as primeiras iniciativas turísticas datam da década de 1980 e se mostram em uma linha crescente, tanto em demanda quanto em empreendimentos. Assim, sente-se a necessidade de novos atrativos, incrementando o turismo no município e criando forças para que mais pessoas invistam na atividade.

Prudentópolis encontra-se em uma área de 2.242,466 km² e uma população de 48.792 habitantes, cerca de 60% de seus habitantes residindo na zona rural. Sua base econômica é agrária, com destaque para produtos, como feijão, milho e soja na agricultura e galináceos, bovinos e suínos na pecuária (IPARDES, 2019). A maior parte dos atrativos turísticos estão alocados em propriedades particulares e em algumas situações inexplorados.

O município de Prudentópolis localiza-se a 207 km da capital do Estado, Curitiba, possuindo acesso pelas BR 373 e 277, na Região Centro-Sul do Paraná, tendo Guarapuava, Turvo, Cândido de Abreu, Ivaí, Guamiranga, Imbituva, Irati e Inácio Martins, como municípios limítrofes (figura 1).

Dentre as localidades rurais do município o Faxinal de Barra Bonita (regulamentado pela Resolução n. 77/97, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, SEMA) destaca-se como uma das localidades rurais mais populosas do município, com cerca de 150 famílias residentes, fazendo-se presentes tanto pequenos, quanto grandes produtores rurais. Faxinal da Barra Bonita localiza-se a 20 km da sede do município, conforme figura 2, com área de 3.830 ha, sendo que destes, 3.630 ha destinam-se ao criadouro comunitário faxinalense.

Figura 1 – Localização do Município de Prudentópolis



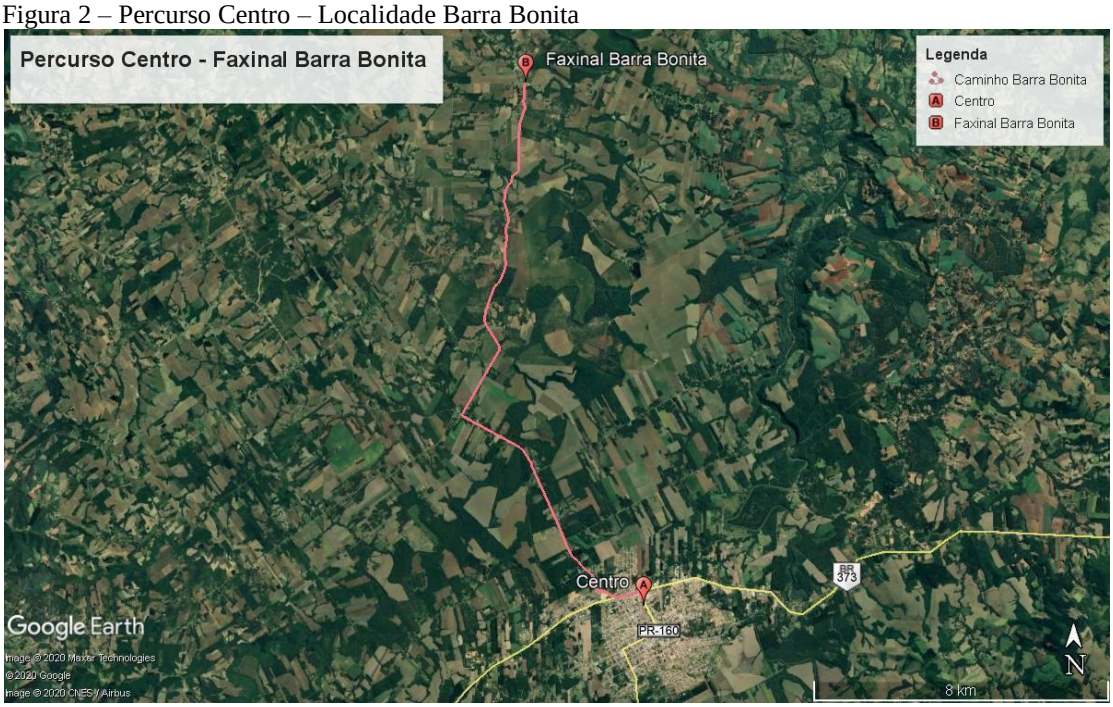
Fonte: Maganhotto *et al*. (2018).

Para Mudrei (2011) o uso da terra em áreas de Faxinais divide-se em dois espaços, o espaço de uso comum, onde os animais são criados soltos, e as áreas de uso particular, onde se desenvolvem atividades agrícolas, as quais, geralmente, são separadas por cercas ou valas. Segundo Chang (1988), o Sistema Faxinal constitui-se numa forma histórica de organização

social e produção que mais preservou as condições ambientais, comparada a outras formas organizacionais da produção.

Neste contexto, considerando as características recorrentes ao Sistema Faxinal e as condições socioambientais de Prudentópolis ressalta-se a relevância da presente pesquisa em investigar a existência das potencialidades turísticas da referida localidade.

Figura 2 – Percurso Centro – Localidade Barra Bonita



Fonte: Google Earth (2020).

É no espaço rural que se concentra grande parte dos recursos essenciais para a existência humana e cuja definição é necessariamente territorial, tais como terra, água e biodiversidade. A interação entre sociedade e esses recursos da natureza ocorre de maneira específica a cada localidade, de acordo com a rede de atores locais (públicos e privados) que possuem diferentes formas de acesso e direitos de propriedade a tais recursos (SILVA, 2015).

Os aspectos naturais e culturais presentes na área urbana e rural da cidade de Prudentópolis configuram-se como recursos ímpares, os quais têm motivado a visitação de turistas de origem regional, estadual e nacional. Dentre suas localidades, a da Barra Bonita configura-se como de maior representatividade em âmbito cultural e natural, a presença do Sistema Faxinalense e do Monumento Natural São João, justificam tal afirmativa. Diante desse cenário, levanta-se a seguinte questão: a localidade da Barra Bonita e sua área de entorno possuem potencial para a implementação de atividades de lazer e turismo?

A fim de possibilitar a obtenção de uma resposta coerente quanto ao problema de pesquisa, foram elaborados os seguintes objetivos: a) objetivo geral: investigar as potencialidades turísticas e de lazer, situadas no Faxinal de Barra Bonita e entorno. Além disso, o trabalho teve como objetivos específicos: a) identificar as potencialidades existentes (culturais e naturais), b) verificar o posicionamento da comunidade frente à proposta de um roteiro turístico na localidade e c) fotografar as potencialidades.

A proposta trabalho em tela configura-se em explorar de que forma as áreas naturais dos faxinais podem fazer parte da formação turística do município de Prudentópolis, evidenciando a importância da comunidade inserida neste panorama de avanço turístico e de representatividade cultural, refletindo pelo viés da importância da preservação e sustentabilidade do segmento. Diante de um turismo responsável e de base comunitária, é executável um roteiro turístico na localidade valorizando a cultura, apontando como uma alternativa de renda ao campesino, fortalecendo o comércio local e seu entorno. Contudo, será possível fortalecer a oferta e consequentemente as atividades turísticas em Prudentópolis, tornando-a cada vez mais cativante.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este item trata-se da fundamentação teórica para o estudo das potencialidades turísticas e conceituação sobre os temas que envolvem a presente pesquisa, assim foram abordados assuntos como: Turismo em Áreas Naturais, turismo rural, sistema faxinal, patrimônio cultural e o sentimento de pertencimento, diante das representatividades culturais presentes. Os quais, além de contextualizar o trabalho, orientaram para o desenvolvimento do mesmo.

2.1 TURISMO EM ÁREAS NATURAIS: ALTERNATIVA SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL PARA AS PROPRIEDADES RURAIS

As áreas naturais constituem uma natureza inestimável e protegê-las é importante para a conservação da biodiversidade e imprescindível à sobrevivência humana. A visitação e o Turismo em Áreas Naturais têm obtido uma procura considerável. Cada vez mais o contato com a natureza, é sinalizado pelos especialistas como promotor de melhoria de saúde, bem-estar e qualidade de vida. Dados seus limites, a visitação também pode gerar benefícios para as áreas protegidas e comunidades de territórios que estão inseridas, podendo ser fonte de renda

e de apoio para a própria área e para as populações locais, a partir do desenvolvimento do turismo local e de base comunitária.

Segundo o Sebrae, a procura pelo segmento do turismo em meio rural tem crescido cerca de 30% ao ano no Brasil, e no ranking mundial ocupa a 4ª posição do segmento. O estudo dessa alternativa complementar de renda, se torna uma importante questão sobre a viabilidade da formação do trade turístico, com o objetivo de fomentar a atividade na comunidade, preservando as características culturais presentes, se tornando uma atividade não-agrícola rentável, contribuindo para a pluriatividade das propriedades rurais e uma possível contenção do êxodo rural.

O turismo no meio rural está inserido nesta esfera, onde suas diferentes ênfases oportunizam os segmentos turísticos no trade, envolvendo as comunidades locais, tanto para o reconhecimento da diversidade natural e cultural, quanto para a importância da conservação de áreas naturais.

O Turismo Rural, o Ecoturismo e o Turismo de Aventura são exemplos de atividades turísticas presentes em áreas rurais de alguns destinos turísticos. Entre os principais segmentos em áreas naturais, destacam-se o Turismo de Aventura e o Ecoturismo, os quais apresentaram um considerável crescimento nas últimas décadas (BRASIL, 2010).

Foi diante de uma frágil economia que surgiu o Turismo Rural, tendo como objetivo aumentar a renda dos agricultores e também de gerar empregos, fazendo com que haja a diminuição do êxodo rural, havendo assim, o desenvolvimento local ou até mesmo regional com a atividade turística (TULIK, 1992).

Almeida (1999) e Tulik (2003) consideram que o Turismo Rural deve ser conhecido como uma atividade turística que ocorre na zona rural, capaz de integrar as atividades agrícola e pecuária à turística.

Silveira (2001, p. 137) define o Turismo Rural como “um conjunto de atividades turísticas comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor ao produto do meio rural, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural das comunidades do campo".

Frente às diferentes atividades não agrícolas ofertadas no meio rural, evidenciam-se a prestação de serviços, relacionadas ao lazer, à hospedagem, à alimentação e outras que buscam oportunizar uma interação entre pessoas não residentes à realidade de determinada destinação. Entre estas, está a promoção de uma experiência vinculada aos aspectos culturais, naturais e ou mista. Apesar da oferta no meio rural configurar-se como um aspecto comum a estes

segmentos, seus princípios, tipologias de atividades e características paisagísticas são elementos que os diferenciam entre si.

O turismo rural teve suas primeiras experiências registradas no Brasil em 1984, no município de Lages-SC, quando um grupo de proprietários rurais, em virtude das dificuldades econômicas que surgiam no setor agropecuário, decidiram diversificar suas atividades, passando a receber turistas em suas propriedades (ZIMMERMANN; CASTRO, 1996).

Segundo Mikuska e Maganhotto (2019), o turismo rural se apresenta, hoje, como uma alternativa para áreas tradicionais do campo brasileiro, como fonte de renda extra e alternativa na minimização do êxodo rural, fixando o homem na sua terra natal. Há de se ressaltar a necessidade de uma avaliação e discussão sobre os impactos que o turismo pode gerar nessas comunidades, de maneira a potencializar os benefícios para esse meio sem descaracterizá-lo. Portanto o desenvolvimento da atividade turística em comunidades tradicionais de forma geral, e nos Faxinais, no caso dessa discussão, deve levar em consideração o choque cultural que esta possibilitará.

Autores como Vaz (1999, p. 186) possuem uma visão voltada aos aspectos culturais, que coloca o turismo rural como “conjunto de atividades que compõem a vida no campo, envolvendo a experiência do dia-a-dia nas fazendas, o convívio com camponeses, a montaria de pastagens, o sabor dos alimentos comidos diretamente da fonte, a existência de cavalos e plantações”.

Ressalta-se que muitas das práticas turísticas no espaço rural, não são, necessariamente, de caráter rural, mas podem assumir características de lazer, esportivas, ou ócio de citadinos, que ocorrem alheias ao meio em que estão inseridas. Fato impulsionado pela renda de origem não agrícola como alternativa, incentivando o produtor a buscar a diversificação da sua propriedade, pautando-se na valorização do ambiente e da cultura rural.

O Brasil apresenta um vasto conjunto de áreas naturais, situadas em meio rural, e com potencial para fortalecer o turismo, muitas destas protegidas legalmente, via Sistema Nacional de Unidade de Conservação, Lei n. 9.985/2000 (BRASIL, 2008).

Realidade que oportuniza e incentiva a implementação de trilhas ecológicas, trekking, passeios de bicicleta, contemplação da natureza e páticas de aventura como rapel, tirolesa e outras atividades vinculadas ao Ecoturismo e ao Turismo de Aventura.

O termo Ecoturismo teve sua origem na década de 60 do século passado, pois foi usado para “explicar o intrincado relacionamento entre turistas e o meio ambiente e culturas nos quais eles interagem" (FENNELL, 2002, p. 42).

Os conceitos e definições do Ecoturismo apontam prioritariamente para uma atividade que busque contemplar os seguintes aspectos: preservação ambiental, valorização cultural, inserção da comunidade local, educação ambiental e viabilidade econômica.

> Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (MTUR, 2010, p. 16).

Para Casella (2011) o Ecoturismo favorece a geração de renda e emprego, pois contempla serviços de apoio à atividade, sendo: meios de hospedagem, alimentação, transporte, entre outros. Esse segmento do turismo deve atender alguns objetivos, como: compatibilizar a atividade à conservação dos recursos, envolver os segmentos atuantes no setor, promover a criação e melhoria da infraestrutura e desenvolver a educação ambiental (EMBRATUR,1994). Além disso, possibilita a observação, em alguns destinos turísticos, da presença do Turismo de Aventura atrelado ao Turismo em Áreas Naturais e ao Ecoturismo.

O Turismo de Aventura iniciou na década de 80 com os primeiros estudos voltados à atividade. Surgiu a partir de um pequeno grupo de pessoas dispersas geograficamente e de diferentes classes sociais e idades, tendo em comum às atividades junto à natureza e visualizando a possibilidade de fazer daquilo seu meio de vida (BRASIL, 2010).

Nóbrega e Dantas (2014) apontam o Turismo de Aventura como uma atividade promissora no Brasil, devido, principalmente, à diversidade natural do país. Ressaltam que as diversidades geológicas, geomorfológicas, biológicas, hidrográficas e costeiras, propiciam a prática de diferentes atividades.

A experiência de aventura pode ser descrita como experiência de lazer que, segundo Neulinger (1981), precisa ser um estado da mente, voluntária e intrinsecamente motivadora. Também deve envolver a percepção de risco, entendido como o potencial para perder alguma coisa de valor, que pode aparecer em diferentes graus de intensidade (PRIEST, 1992; MITCHELL, 1983).

Para que o Turismo de Aventura atue de forma eficiente, é necessário pensar em um planejamento responsável, pautando as necessidades da sustentabilidade e responsabilidade com a natureza em busca de um equilíbrio, com o propósito de manter a preservação dos recursos renováveis. As Unidades de Conservação possuem um papel importante na proteção de uso sustentável desses recursos, pois a partir de políticas elaboradas é possível ponderar o uso e utilização de forma consciente, sendo elas de proteção integral ou de uso sustentável.

Silva, El-Deir e Silva (2017) defendem que os pilares do desenvolvimento sustentável (ambiental, econômico e social), integrados à gestão adequada, podem dar suporte para ações voltadas às melhorias ambientais, à justiça social e à igualdade econômica.

O conceito de sustentabilidade envolve o de desenvolvimento, Garcia (2011, p. 211) afirma que a sustentabilidade:

> Visa alcançar três dimensões, a ambiental, a econômica e a social, aludindo instintivamente a um modo de atuação social que independente do modelo econômico que assuma, tem como finalidade a permanência da espécie humana no Planeta em condições dignas e justas.

As Unidades de Conservação de uso sustentável devem ocorrer de maneira que garanta a longevidade dos recursos renováveis e também dos processos ecológicos. O objetivo básico das UC's de um uso sustentável, é garantir a compatibilidade da utilização adequada de parte dos recursos naturais.

O turismo, ao mesmo tempo em que fortalece a apropriação das Unidades de Conservação pela sociedade, dinamiza as economias locais e incrementa os recursos financeiros para a manutenção destas áreas. O desafio consiste, no entanto, em desenvolver um turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural, aos conhecimentos tradicionais e à conservação da biodiversidade (BRASIL, 2008).

De acordo com Souza *et al.* (2017, p. 9):

> Os turistas que visitam UC's gastam dinheiro nas localidades do entorno, gerando emprego e renda nas economias locais. Economias são complexas redes de consumidores e produtores interagindo, onde bens produzidos por um setor da economia se tornam insumos para outro e, os bens produzidos por esse outro setor, também podem se tornar insumos para um terceiro setor. Assim, uma alteração na demanda final por um bem ou serviço pode gerar um efeito multiplicador em toda a economia, uma vez que as empresas compram insumos umas das outras.

Para Mendes (2013, p. 5) "[...] existem aspectos-chave no processo de desenvolvimento. Este deve centrar-se na procura da imparcialidade, da preservação ambiental, da racionalização, da economia".

Diante disso, entende-se que o desenvolvimento não se baseia apenas em retornos econômicos, há uma diversidade de fatores envolvidos que se constituem como partes integrantes como o social, cultural e ambiental.

Ao correlacionar estas diferentes esferas do desenvolvimento aos conceitos e definições dos segmentos turísticos atrelados às formas de Turismo em Áreas Naturais, observa-se princípios em comum no que tange a preservação ambiental, valorização cultural e

viabilidade econômica. Estas correlações apontam para a possibilidade de se alcançar o desenvolvimento por meio da atividade turística em áreas naturais, oportunizando ao turista uma experiência única além de proporcionar a conscientização ambiental e entendimento da natureza como bem-estar para todos.

De posse destas informações pode-se afirmar que o Turismo em Áreas Naturais, seja por meio do Turismo Rural, Ecoturismo ou Turismo de Aventura, pode vir a fomentar o desenvolvimento em suas destinações e arredores, uma vez que, devem priorizar aspectos relacionados à geração de renda, a valorização cultural e a conservação e educação ambiental.

Na região Centro Sul do Estado do Paraná há áreas rurais em Sistemas de Faxinais, para as quais o turismo configura-se como alternativa de renda como forma de subsistência e consolidando também a cultura presente, o que torna sob o olhar do turista, algo novo desconhecido gerando o sentimento de explorar e vivenciar esse modo de vida.

2.2 SISTEMA FAXINAL

Os termos Faxinal e Sistema Faxinal são utilizados, na maioria das vezes, como sinônimos. Alguns autores definem o Sistema Faxinal como a forma de organização camponesa com criação extensiva de animais em áreas comuns; extração florestal dentro do criadouro comum e policultura alimentar de subsistência (CHANG, 1988). Outros apontam o Faxinal como sistema agrossilvopastoril secular, com características singulares de uso da terra (DOMINGUES, 1999).

Trata-se então do uso compartilhado de terras autossustentáveis que é bastante presente na região Centro-Sul do Paraná, com o surgimento na década de 18 e partir de pequenos povoados durante o período de imigração.

A organização dos Faxinais no regime de compáscuo é analisada por alguns autores como herança cultural da forma de ocupação da terra implantada pelos jesuítas espanhóis na parte ocidental do Paraná (NERONE, 2011).

Porém, outros autores afirmam que este tipo de sistema veio para o Brasil junto com a imigração de povos eslavos durante os séculos XIX e XX. Outros autores sustentam a tese de que, embora muitos traços do Sistema Faxinal fizessem parte do cotidiano dos caboclos que habitavam a região das matas mistas, antes da política de imigração europeia dos séculos XIX e XX, este Sistema, com as suas características próprias, só começa a ser verdadeiramente

formado a partir do contato com o imigrante europeu nos finais do século XIX, principalmente os de origem eslava (CHANG, 1988).

A organização do Sistema Faxinal está dividida em três espaços principais (CHANG, 1988): criadouro comum, terras de plantar e cercas. As terras do criadouro comum são, em geral, formadas por vales com relevo suavemente ondulado e presença de cursos d'águas. Elas abrigam um ambiente florestal alterado pelo pastoreio extensivo. Já as terras de plantar, se localizam geralmente nas encostas, em áreas mais íngremes, e são separadas do criadouro através de um sistema de cercas.

O criadouro comum é onde a população habita, espaço de convívio comum onde situam-se as casas, o local onde se criam os animais em conjunto. Os animais criados dentro do Sistema Faxinal não vivem em locais fechados, eles são soltos e livres, podendo transitar voluntariamente no terreno do vizinho, florestas, estradas e serem alimentado por outra pessoa, que não seja o dono, mas sim o vizinho. Ao anoitecer, cada animal retorna às suas "casas" para dormir. Eles sabem a hora de comer através de sinais sonoros que o cuidador emite. Para que estes animais não ultrapassem o território permitido para a criação livre, ou de espaço comum, são instalados sistemas conhecidos como "mata-burro", impedindo que este animal deixe a localidade.

O Faxinal Barra Bonita possui uma série de recursos naturais e culturais, os quais podem ser atrelados à atividade turística. A presença da cultura ucraniana, vida em comunidade, preservação dos recursos naturais e valorização da cultura local se destaca como potencialidade, uma vez que este tipo de sobrevivência é único das localidades do Centro Sul do Estado do Paraná, vistos aos olhos do turista com singularidade, tornando o local como uma potencialidade a ser explorada.

2.3 PATRIMÔNIO CULTURAL E SEU USO TURÍSTICO

O destino turístico quando possui o patrimônio cultural preservado pela comunidade, passa a ter maior reconhecimento atrativo pois estimula o interesse no passado e no processo de identidade.

Andrade, Oliveira e Maganhotto (2011, p. 49) afirmam que:

> O turismo como atividade próspera compromete e engloba uma série de aspectos e fatores diversificados de forma interdependente. Diante de uma abordagem conjunta os elementos mais notórios correspondem à satisfação do turista, o bem-estar da comunidade local e a preservação do patrimônio cultural (histórico e natural) utilizado.

Segundo o IEPHA/MG (2008), identidade é definida como tudo aquilo que diferencia e identifica o homem, seja um grupo social, político, étnico, religioso, etc. Trata-se das ações do homem para viver em sociedade ao longo da história e do dia-a-dia. Os marcos do passado constituem parte da memória social e da identidade cultural das comunidades, solidificando identidade presente e permitindo o vislumbre do futuro.

O significado da palavra patrimônio esteve por muito tempo associado à noção de herança familiar, bens de valor deixados de uma geração à outra (SANTOS, 2001). Esta noção passou por uma mudança quando, a partir do século XVIII começou-se a tomar as primeiras medidas de proteção aos monumentos de valor para a história das nações. E com o passar das décadas, o conceito de patrimônio sofreu mudanças, se tornando cada vez mais abrangente (RODRIGUES, 2002).

Quanto ao patrimônio cultural brasileiro a Constituição Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 216, entende como:

> Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória, dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 2012).

Cardozo (2012, p. 195) explica que “O patrimônio, pela sua definição, é o que se herda, se mantém e se valoriza para passar às gerações futuras, e assim, deve ser tratado de maneira uniforme entre os elementos que o compõem”. Ou seja, o conceito de patrimônio mudou, mas o que permanece é a noção de que muitos destes bens são herdados das gerações anteriores, e necessitam ser valorizados pelas gerações atuais.

Portanto, para que um bem material ou imaterial cumpra a função de patrimônio, deve haver a interação com a população local que deve estar ciente da importância daquele bem, pois apenas a aplicação de um instrumento legal de proteção como o tombamento, não basta para que o bem contribua à sociedade local e realmente seja reconhecido como parte de sua história. Por isso, em muitos casos, são aplicadas formas de uso ao patrimônio para que a sociedade possa por meio da utilidade do bem, interessar-se e entender a importância patrimonial que aquele bem possui (FONSECA, 2003).

Com isso, entender as necessidades e a importância da manutenção e preservação de museus, é de fato garantir que o processo de evolução da sociedade, e de identificação que o

patrimônio traz através da memória.

2.4 MUSEU E O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO

De acordo com a Lei n. 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus,

> Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009).

Na perspectiva apresentada por Pesavento (2006), a memória é um elemento indispensável para se compreensão da construção de representações sociais. É a partir dela que os contextos são descritos, produzindo diferentes representações sobre o passado.

De acordo com Le Goff (2003), a memória é um elemento essencial que se costuma chamar de identidade, seja ela individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais das pessoas e da própria sociedade. Assim, a memória não é apenas conquista, mas também um instrumento de poder. Existe uma luta pela dominação da recordação e da tradição, estabelecendo aquilo que deve ser lembrado e aquilo que deve ser esquecido.

Figura 3: Trinômio da Museologia

Fonte: Autora, 2022.

O trinômio da museologia apresenta as características para criar um museu. Estes itens são essenciais para identificar e iniciar o processo de reconhecimento de um local de memória. Para a comunidade, estes espaços de memória simbolizam a conservação de bens oriundos e de iniciativa da comunidade, tornando viva a cultura ali preservada e exposta. À dimensão

afetiva se torna essencial para que haja o sentido de pertencimento, a vontade de preservar e construir um espaço para representar. As pessoas só preservam aquilo que elas amam, e elas só amam aquilo que elas conhecem. Assim, o museu é o passado evocado no presente, representando uma memória.

2.5 FAXINAL DE BARRA BONITA

O Faxinal Barra Bonita possui uma série de recursos naturais e culturais, os quais podem ser atrelados à atividade turística. Afirmativa baseada nos trabalhos de Lemes (2009), Oliveira (2019) e nos demais dados coletados durante esta pesquisa.

Destaca-se no faxinal, a biota, as atividades agrícolas e de pecuária, rios e cachoeiras. Entre os recursos culturais, tem-se a gastronomia, a cultura ucraniana e a vida em comunidade (LEMES, 2009). Alguns destes, seguem apresentados nas figuras 4, 5, 6, e 7.

Figura 4: Atividade Agrícola

Fonte: Lemes, 2009.

Figura 5: Atividade de Pecuária

Fonte: Lemes, 2009.

Figura 6: Salto São João

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal.

Figura 7: Igreja Cristo Rei

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal.

Dentre os recursos naturais identificados por Lemes (2009), verificou-se algumas mudanças no que tange o uso e visitação do Recanto Cassiano e Salto São João**.** De acordo

com Lemes (2009), o Recanto Cassiano era frequentado durante todo o ano, apresentando picos de visitação nos meses de verão. Os frequentadores, na maioria, eram os residentes do município; a demanda turística baixa estava relacionada à desordem no local.

Apesar da infraestrutura de apoio aos visitantes (churrasqueiras, banheiro, lanchonete e camping), o local foi interditado pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), no ano de 2010, devido à incompatibilidade da estrutura dos banheiros com a Legislação Ambiental e as sucessivas enchentes que atingiram a área.

As figuras 8 e 9 apresentam a área do recanto, enquanto que a figura 10 mostra a susceptibilidade da região à inundação, uma vez que está localizado no leito do Rio São João.

Figura 8: Recanto Cassiano

Fonte: Klecius Penha via Flickr.

Figura 9: Enchente Recanto Cassiano

Fonte: Lemes, 2009.

Figura 10: Localização recanto em relação ao leito do rio

Fonte: Google Earth, 2020.

O Recanto Cassiano foi desativado e desde então não está sendo utilizado para fins de lazer e ou turismo, configurando-se como uma área inadequada à visitação. Já o Salto São João, foi transformado em Unidade de Conservação, em 23 de dezembro de 2010, por meio do Decreto Estadual 9.108/2010, recebendo a denominação de Monumento Natural do Salto São João. O 2º artigo do documento, descreve o objetivo da criação do Monumento:

> O Monumento Natural Salto São João tem por objetivo geral preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, e como objetivo específico a proteção integral do remanescente de Floresta Ombrófila Mista ou Florestas com Araucária, a flora e a fauna, os recursos hídricos, em especial a cachoeira e os paredões e demais recursos ambientais protegidos e seu entorno (PARANÁ, 2018).

A inauguração do Monumento, mediada pelos Governos Estadual e Municipal, ocorreu em 10 de setembro de 2017. Após um ano constatou-se que o Monumento Natural Salto São João motivou novos investimentos e empreendimentos no setor de serviços relacionados ao lazer, turismo e plantas ornamentais. Iniciativas estas atreladas à criação da Unidade e ao aumento do fluxo turístico na localidade. Os moradores locais, em sua maioria agricultores, se mostraram satisfeitos com a pavimentação da estrada (obra atrelada ao Monumento Natural) e com o aumento do fluxo turístico, pois entendem que esta realidade trouxe à comunidade novas perspectivas de negócios. Cabe ressaltar que além do aspecto socioeconômico, o Monumento Natural São João contribui para a preservação e conservação dos recursos naturais inseridos nos seus 33,88 ha (OLIVEIRA 2019).

3. METODOLOGIA

O presente estudo configura-se como sendo de caráter qualitativo, orientado pelo estudo de caso, pautado em pesquisas bibliográficas e de campo. Para Silveira e Córdova (2009, p. 31), "[...] a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização".

Segundo Yin (2005), o estudo de caso é um método utilizado em muitas situações, principalmente para contribuir com o conhecimento a respeito de fenômenos individuais, organizacionais, sociais e de grupo. Sendo assim, caracteriza-se como um método adequado para esta investigação.

A revisão bibliográfica contribuiu para o entendimento do tema e condução do trabalho, nesta etapa, adotaram-se diferentes publicações subsidiando a contextualização da pesquisa, os procedimentos metodológicos e os resultados. A pesquisa de campo foi realizada

com intuito de levantar as potencialidades turísticas, realizar os registros fotográficos e a localização dos mesmos. Além disso, realizaram-se entrevistas com representante da Secretaria de Municipal Turismo, da comunidade e proprietários de empreendimentos, a fim de averiguar a existência de potencialidades e o posicionamento dos proprietários e ou envolvidos no mesmo, o quadro 1 apresenta estas questões.

Quadro 1: Roteiro de entrevistas

Roteiro Secretária de Turismo
1. A Localidade da Barra Bonita está inserida no contexto Turístico do município?
2. Quais os recursos/atrativos turísticos presentes na comunidade?
3. Existem ações em prol do desenvolvimento da atividade turística nesta localidade?
Roteiro Liderança Comunitária
1. Quanto tempo reside na comunidade?
2. Você conhece algum recurso/atrativo turístico na sua comunidade? Quais?
3. O turismo pode ser uma alternativa de desenvolvimento para sua comunidade? Por quê?
Roteiro Proprietário Potencial
1. Qual a sua ocupação e dos seus familiares para obtenção de renda?
2. Quais os recursos e potencialidades presentes em sua propriedade/negócio?
3. A propriedade/negócio recebe visitantes? Se sim, de onde eles vêm?
4. Já pensaram em desenvolver alguma atividade/produto relacionada ao turismo e lazer (quais)?
5. O que dificulta tais ações? O que lhe impulsionaria?

Fonte: Autora, 2020.

De posse das informações (de campo, entrevistas e bibliográficas) realizou-se a tabulação dos dados, averiguando as possibilidades de uso das potencialidades turísticas da localidade. Cabe mencionar o levantamento e análise de trabalhos anteriores, bem como seus apontamentos quanto à atividade turística na localidade e seu entorno.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A entrevista com o representante da Secretaria de Turismo Municipal confirmou tais informações. Para o entrevistado, a localidade da Barra Bonita encontra-se inserida no contexto

turístico municipal, sua condição de Terras de Faxinal, considerada uma categoria de população tradicional; e a proximidade com o Monumento Natural são aspectos determinantes para tal afirmativa.

Reforçou a Unidade de Conservação, o Faxinal e a Igreja como potencialidades turísticas. Quanto à existência de ações em prol do desenvolvimento do turismo na localidade, foram apontadas, as melhorias na via de acesso (calçamento e sinalização) e o projeto de uma nova trilha no Monumento Natural, adaptada aos portadores de limitação física.

Na abordagem com um dos moradores da comunidade, a proprietária do Orquidário Barra Bonita, evidenciou-se um relato motivado quanto ao fluxo de pessoas na comunidade. Família de agricultores, tendo o orquidário, figuras 11 e 12, como uma forma de diversificação e complementação de renda. No orquidário, há diferentes plantas de várias regiões como também plantas nativas cultivadas sem agrotóxicos. A entrevistada relata que acompanhou aumento no fluxo turístico na comunidade, tendo em vista a construção do Monumento Natural São João, mencionando que: "recebemos alguns de diversas regiões do país e também do exterior. Normalmente são os turistas que visitam o Monumento Salto São João". Demanda a qual contribuiu para ampliar a oferta de produtos em seu negócio. A entrevistada demonstrou ter consciência que o seu negócio é pequeno e que não está preparada para receber um número maior de pessoas. Contudo, acredita que está em desenvolvimento e disse que pretende "crescer e bastante". Apontou como dificuldade a adaptação do negócio ao atendimento turístico.

Figura 11: Orquidário

Fonte: Autora, 2020.

Figura 12: Orquídeas

Fonte: Autora, 2020.

Ao entrevistar outro membro da comunidade, nascido e criado na Barra Bonita, ficou claro o entendimento da comunidade quanto à vocação turística da localidade, posicionamento este, fortalecido com a implementação da unidade de conservação e demanda da mesma. Citou a Igreja Cristo Rei e o Sistema Faxinal como potencialidades turísticas. A apontou ainda, a necessidade de envolvimento, capacitação e cooperação da comunidade à atividade turística. Apesar de ter relacionado o Faxinal como uma potencialidade, quando questionado se a atividade turística poderia contribuir para sua manutenção, ressaltou a desagregação do Faxinal Barra Bonita, a perda de suas características e consequentemente a peculiaridade que poderia nortear a prática turística.

As áreas que ainda mantêm esse sistema de vida agropastoril enfrentam um grande êxodo rural decorrente, na maioria das vezes, da falta de políticas públicas, tanto municipais, quanto estaduais, dirigidas às comunidades para a fixação do homem no campo (CHANG, 1988).

Oliveira (2019) entrevistou o proprietário da propriedade Rancho Passo Velho e levantou algumas informações. Certificou que o entrevistado motivou-se em empreender no ramo turístico, após um FAMTUR promovido pela Secretaria Municipal de Turismo e que o Monumento Natural São João, também contribuiu. Iniciou as atividades voltadas ao lazer em 2019, sua propriedade fica às margens do rio São João, na divisa com a referida Unidade de Conservação. Sua pretensão é organizar o Rancho Passo Velho de forma a atender o turismo e lazer, oferecendo alimentação típica, camping, passeio de barco e banho de rio. Ressaltou a necessidade de entendimento e articulação da população local quanto à atividade turística, podendo assim, fortalecer o segmento na localidade. O proprietário tem como ideia a realização de um torneio de boia no Rio São João. Relatou como dificuldade a falta de profissionais capacitados e a carência de recursos financeiros para tais investimentos.

O camping Passo Velho é administrado por membros de sua família, durante a semana trabalham em sua residência e aos finais de semana no Passo Velho, figuras 13 e 14.

O local possui área de lazer para adultos e crianças, área de camping e acesso ao Rio São João. Já receberam visitantes de todo Brasil e turistas estrangeiros, os quais procuraram o local para um passeio de caiaque no Rio São João.

Figura 13: Placa com informações -Recanto Passo Velho

Fonte: Autora, 2021.

Figura 14: Recanto Passo Velho

Fonte: Autora, 2021.

O Salto Virgílio e o Morro Cabeça de Lobo, figuras 15 e 16, tratam-se de recursos naturais pouco conhecidos e desprovidos de infraestrutura de apoio à visitação.

Figura 15: Salto do Vírgilio

Fonte: Autora, 2021.

Figura 16: Morro Cabeça de Lobo

Fonte: Andrey Romaniuk / TradFriends.

A cachoeira, com cerca de 80 m, envolta por mata preservada e o morro com 100 m, e de formação geomorfológica diferenciada, podem vir a somar-se aos demais atrativos da comunidade. No entanto, para isto há necessidade de predisposição dos respectivos proprietários. Entende-se que estes recursos, quando e se aderidos ao turismo, poderão diversificar a oferta turística na comunidade, fortalecendo assim a atividade no Faxinal da Barra Bonita.

Outra potencialidade pouco conhecida é o Museu São Valdomiro, fundado por Alfredo Basílio Michalzuk em 2017. Localiza-se junto à Igreja Ucraniana Cristo Rei. Apresenta um acervo com registros históricos (fotos de acontecimentos e pessoas importantes

para a comunidade), artesanatos típicos ucranianos e a cruz da primeira capela na localidade, construída em 1950. O acervo do museu foi reunido com doações de moradores da região, a figura 17.

Figura 17 - Registros Museu

Fonte: Autora, 2021.

De posse destas informações verificou-se que a atividade turística no Faxinal e entorno está sincronizada ao turismo no município, uma vez que seus atrativos e potencialidades como o Rio São João, Salto São João, Terras de Faxinal, configuram-se como atrações mais visitadas no município e que com o passar dos anos esta atividade foi impulsionada com o reconhecimento do município como destino turístico e com a criação/implementação do Monumento Natural São João e infraestrutura de acesso e sinalização.

Tais características configuram-se como potencialidades para a implementação do turismo e lazer na localidade e fortalecimento da atividade a nível municipal. Além disso, o exercício da atividade turística, pode vir a configurar-se como alternativa de renda não agrícola, contribuindo para a manutenção do jovem no campo, preservação ambiental e valorização cultural.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não se tenha ainda um turismo efetivo contemplando os recursos naturais e culturais na comunidade, há o fluxo de visitantes nas adjacências do Faxinal em busca do Monumento Natural São João. Oliveira (2019) levantou o entendimento da comunidade quanto à realidade e também a existência de investimentos e empreendimentos motivados por tal demanda.

A Unidade de Conservação registrou em seu primeiro ano, cerca de 29.000 visitantes. Destes, cerca de 18.000 residentes em outras cidades, reforçando, assim, a existências de uma demanda potencial para novos bens e serviços na comunidade.

Verificou-se, que além do Monumento há outras potencialidades naturais como o Rio São João, o Salto do Virgílio o Morro Cabeça de Lobo e uma série de recursos naturais (flora e fauna), passíveis de serem incorporados pelo Turismo Ecológico, de Aventura e Rural.

Quanto aos recursos culturais, vale ressaltar que estes elementos não são de fácil observação. Evidenciados, normalmente, em manifestações religiosas e no cotidiano da comunidade, não sendo assim, ofertados no formato de produtos turísticos ou passíveis de uma apresentação específica para turistas.

O desenvolvimento de uma atividade turística de base comunitária nos faxinais poderia valorizar o sistema, cultural e socialmente, e atenuar a ideia de que os faxinais são atrasados em relação à atividade agropecuária mecanizada, diminuindo a descrença no sistema e a desagregação decorrente dos conflitos de interesses existentes no mesmo, podendo representar uma fonte de renda alternativa para os faxinalenses.

O turismo de base comunitária poderia assim, de um lado, integrar a comunidade com estes atrativos circunvizinhos, e, de outro, contribuir para a manutenção de seu território e seu modo de vida. Uma maneira para buscar manter os faxinais remanescentes, como o caso de Barra Bonita, seria estimulações comunitárias tradicionais dos faxinalenses, fortalecendo sua identidade e legitimidade. Isto os tornaria menos suscetível às pressões externas.

Surge então, a necessidade de um acompanhamento de estruturação nesse meio, com a finalidade de amenizar os impactos envolvidos pela atividade, a fim de assegurar a longevidade do segmento, tornando a pluriatividade presente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A. Turismo rural: uma estratégia de desenvolvimento via serviços. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 1999, Piracicaba. **Anais**...Piracicaba: FEALQ, 1999.

ANDRADE, A. R. de; OLIVEIRA, O. de; MAGANHOTTO, R. F. **Turismo e sustentabilidade em comunidade quilombola**. Guarapuava: UNICENTRO, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa.** 2012. Disponível em: <.http://www.senado.leg.br/atividade/const/constituicao-federal.asp#/con1988/CON1988_29.11.2012/art_216.shtm>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Institui o Estatuto dos Museus e da outra providência**. 2009. Disponível em: < https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11904&ano=2009&ato=c81gXVE90dVpWTed2>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Instituto Brasileiro de Museus. O que é museu**. 2011. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/o-que-e-museu/> Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo**. Turismo de Aventura: orientações básicas**, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Aventura_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa de Turismo nos Parques**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-quefazemos/revistafinal.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: < https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/ecoturismo-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

CASELLA, L. L. C. Unidades de Conservação e turismo: uma oportunidade para as áreas do entorno. **Anais** do VIII Congresso Nacional de Ecoturismo e do IV Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 573, 2011.

CANDIOTTO, L. Z. P. Elementos para o debate acerca do conceito de turismo rural. **Revista Turismo em análise**, v. 21, n.1, p. 4, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14203/16021>. Acesso em: 11 fev. 2021.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. O Turismo como Nova Fonte de Renda para o Pequeno Agricultor Brasileiro. In: ALMEIDA, J. A. e RIEDL, M. (Org.). **Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento**. Bauru, SP: EDUSC. 2000.

CARDOZO, P. F. A interpretação do patrimônio histórico romano na cidade de Mainz, Renânia-Palatinado (Alemanha). **Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v.10, n.1, pp.661-670, fev. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=88123053018>. Acesso em: 11 fev. 2021.

CHANG, M. Y. Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. **Boletim Técnico**, 22, 121p, Londrina, PR: IAPAR, 1988.

DOMINGUES, Z. H. **Hierarquização dos faxinais inscritos no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação e Uso Especial, visando ao ICMS ecológico**. Curitiba, 1999. 143 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, 1999. Disponível em: < https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/25169/D%20-

%20DOMINGUES%2c%20ZILNA%20HOFFMANN.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 abr. 2021.

FONSECA, M. C. L. **Para Além da Pedra e Cal**: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Org.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP e A, 2003.

FERRÃO, A. M. de A. Arquitetura rural e o espaço não urbano. **Labor & Engenho: Patrimônio Cultural**. v.1, n.1, p.89-110, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/118126/1/ppec_233-1900-1-PB.pdf> Acesso em: 20 de fev. 2021.

FENNELL, David A. **Ecoturismo: Uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

GARCIA, D. S. S. **El principio de sostenibilidad y los puertos: a atividade portuária como garantidora da dimensão econômica e social do princípio da sustentabilidade**. 2011. 453 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Alicante, Espanha. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=66793>. Acesso em: 10 abr. 2021.

IEPHA. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (MG). **Diretrizes para proteção do patrimônio cultura**l. Belo Horizonte, 2008.

LEMES, P. H. S. **Turismo Comunitário e Populações tradicionais**: o caso do Faxinal Barra Bonita município de Prudentópolis -PR. Ponta Grossa: 2009.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo**. Brasília, DF: Embratur, 1994. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/sites/uc/files/2020-03/contribuicao_do_turismo_em_uc_federais_para_a_economia_brasileira.pdf.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MENDES, A, B. **Projeto de desenvolvimento comunitário da Vila de Benedita entre 1962 e 1964**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação - especialização em Desenvolvimento Comunitário) - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Leiria, Portugal. Disponível em: <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/1816/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Mestrado%20Junho%202013.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MIKUSKA, R.; MAGANHOTTO, R. F. Turismo rural em faxinais: uma alternativa não agrícola de desenvolvimento local e de fixação do homem no campo. **Multitemas**, Campo Grande, MS, v. 24, n. 56, p. 151-168, jan./abr. 2019. Disponível em: < file:///C:/Users/User/Downloads/Turismo_rural_em_faxinais_uma_alternativa_nao_agri%20(2).pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

MITCHELL, R. G. **Mountain experience**: the psychology and sociology of adventure. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

MOTA, K. C. N. **Marketing turístico**: promovendo uma atividade sazonal. São Paulo: Atlas, 2001.

MUDREI, T. A. **Turismo rural: valorização da cultura ucraniana**. Prudentópolis, PR: CEDEJOR - Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural. 2011. 22 p. Projeto do Jovem Empreendedor Rural – PJER.

NERONE, M. M. Terras de plantar, terras de criar: Sistema Faxinal: Rebouças – 1950-1997. **Terra@Plural**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 255-260, jul./dez. 2011. Disponível em: < file:///C:/Users/User/Downloads/ojs,+Resenha+2+-+Cecilia+Hauresko.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2021.

NEULINGER, J. **The physiology of leisure.** Springfield, Illinois: Charles C. Thomas. 1981

NÓBREGA, W. R. M.; DANTAS, I. V. S. Proposição de roteiros ecoturísticos e de turismo de aventura como alternativa de desenvolvimento no município de Acari (RN). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 7, n.3, ago/out. 2014, p.576-601. Disponível em: <http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/viewFile/818/ 704>. Acesso em: 27 mar. 2021.

OLIVEIRA, L. de F. D. R. de. **A Implementação de Unidade de Conservação e sua Influência nas Comunidades de Entorno - caso Monumento Natural São João, Prudentópolis - PR**. 2019. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário, UNICENTRO, 2019.

PARANÁ. **Decreto n. 9.108 de 23 de dezembro de 2010**. Cria a Unidade de Conservação de Proteção Integral, denominada Monumento Natural Salto São João, no Município de Prudentópolis, 2010. Disponível em: <https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe/consultaPublicaPDF.do?action=pgLocalizar&enviado=true&dataInicialEntrada=23/12/2010&dataFinalEntrada=23/12/2010&numero=8370&search=9108&diarioCodigo=3&submit=Localizar>. Acesso em: 27 mar. 2021.

PESAVENTO, S. J. **Palavras para crer:** imaginários de sentido que falam do passado. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**. n. 6. 2006.

PRIEST, S. Factor exploration and confirmation for the dimensions of an adventure experience. **Journal of Leisure Research**, v. 24, p. 127-139, 1992.

RODRIGUES, M. Preservar e Consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro P.; PINSKY, Jaime. **Turismo e Patrimônio Cultural.** 2. Ed. São Paulo - SP: Contexto, 2002. p. 15-24.

SILVA, L. J. A.; EL-DEIR, S. G; SILVA. R. G da. Principios de la sostenibilidad en la planificación sociol ambiental del comité ecos de Pernambuco. **Veredas do Direito**, v. 14, n. 30, pp. 215-242, set. 2017. Disponível em: <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/1080/697>. Acesso em: 19 fev. 2021.

SANTOS, C. R. dos. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. **São Paulo em Perspectiva**, 15(2), 2001. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/spp/a/kcCJYyRRHJqHM3xh57cDGxx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SILVA, S. P. A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: **uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas.** Brasília, IPEA, 2015. Disponível em: < https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4162/1/td_2076.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SILVEIRA, D. T.; CÓDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDDT, T. E. e SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009. p. 31-42.

SILVEIRA, M. A. T. da. Política de turismo: oportunidade ao desenvolvimento local. In. RODRIGUES, A. B. **Turismo rural: prática e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 133-150.

SOUZA, T. V. S. B.; THAPA, B.; RODRIGUES, C. G. O.; IMORI, D. **Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2015**. Sumário Executivo. ICMBio, Brasília, 2017.

TULIK, O. Turismo e Meio Ambiente: identificação e possibilidades de oferta alternativa. **Revista Turismo em Análise**, v.1, n.3, maio/1992. Disponível em: < https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/64140/66828>. Acesso em: 19 fev. 2021.

TULIK, O.**Turismo Rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

VAZ, G. N. **Marketing turístico** - receptivo e emissivo: um roteiro estratégico para projetos públicos e privados. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.

ZIMMERMANN, A.; CASTRO, I.C. **Turismo rural**: um modelo brasileiro. Florianópolis. Editora do Autor. 1996.

YIN, R. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.